

DIÁSPORA NEGRA EM CONTEXTO DE TRADUÇÃO: DISCUTINDO A PUBLICAÇÃO DE MULHERES, RAÇA E CLASSE, DE ANGELA DAVIS, NO BRASIL

BLACK DIASPORA IN TRANSLATION CONTEXT: DISCUSSING THE BRAZILIAN TRANSLATION OF ANGELA DAVIS' WOMEN, RACE & CLASS

Luciana de Mesquita Silva *

RESUMO

Este artigo objetiva abordar a tradução de textos afrodiáspóricos no Brasil, com foco na obra *Women, Race & Class* (1981), de Angela Davis, traduzida por Heci Regina Candiani e publicada pela editora Boitempo com o título de *Mulheres, raça e classe* (2016). Para tanto, pretende-se levantar discussões como: De que modo se constituem os paratextos (capa, quarta capa, prefácio, notas de rodapé, entre outros)? Quais foram as estratégias tradutórias adotadas? Qual o perfil da editora? Como tem sido a recepção crítica do livro no Brasil? Nesse sentido, na busca por compreender o contexto da tradução de *Women, Race & Class* no cenário cultural brasileiro, serão utilizados como base os Estudos da Tradução sob uma perspectiva descritivista. Os pensamentos de teóricos como Lambert e Van Gorp (1985), Bassnett e Lefevere (1990), Toury (1995) e Gentzler e Tymoczko (2002), os quais discutem a importância de aspectos históricos, sociais, ideológicos e de poder relativos à tradução serão considerados. As contribuições de Sonia E. Alvarez e Claudia de Lima Costa (2013, 2014) sobre políticas de tradução de teorias e práticas feministas envolvendo mulheres latino-americanas e latinas que vivem nos Estados Unidos também serão relevantes para uma reflexão sobre questões de gênero e étnico-raciais em *Mulheres, raça e classe*.

Palavras-chave: tradução; diáspora negra; mulheres, raça e classe.

ABSTRACT

This article aims to address the translation of Afro-diasporic texts in Brazil, focusing on Angela Davis' *Women, Race & Class* (1981), translated by Heci Regina Candiani and published by Boitempo as *Mulheres, raça e classe* (2016). To do so, we intend to discuss: How are the paratexts (cover, back cover, preface, footnotes, among others) constituted? What were the translation strategies adopted? What is the publisher's profile? How has the critical reception of the book been in Brazil? Therefore, to understand the context of the translation of *Women, Race & Class* in the Brazilian cultural scene, this study is based on Descriptive Translation Studies. The works of theorists such as Lambert and Van Gorp (1985), Bassnett and Lefevere (1990), Toury (1995) and Gentzler and Tymoczko (2002), who discuss the

* Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ), Rio de Janeiro, (RJ). Brasil. luciana.cefetrij@gmail.com

importance of historical, social, ideological and power aspects related to translation will be considered. The contributions of Sonia E. Alvarez and Claudia de Lima Costa (2013, 2014) on policies of translation of feminist theories and practices involving Latin American women and U.S.- based Latinas will also be relevant for a reflection on gender and ethnic-racial issues in *Mulheres, raça e classe*.

Keywords: translation; Black diaspora; women, race & class.

BREVE HISTÓRICO SOBRE A BIOGRAFIA E OBRA DE ANGELA DAVIS

Angela Yvonne Davis nasceu na cidade de Birmingham, Alabama, Estados Unidos, em 1944, em uma região de extrema violência racial conhecida como Dynamite Hill. Desde cedo, portanto, Davis teve que enfrentar o racismo institucionalizado em seu país. Após concluir o ensino fundamental em sua cidade natal, em 1956, Davis mudou-se para Nova York para cursar o ensino médio. Nessa época, engajou-se na luta pelos direitos civis dos afro-americanos. Já nos anos de 1960, recebeu uma bolsa para a Universidade Brandeis, em Boston, Massachusetts, na qual ela era uma entre os poucos alunos negros da instituição, e passou os anos de 1963 e 1964 estudando filosofia em Paris. Após formar-se em literatura francesa em 1965, Davis iniciou seu mestrado em Filosofia na Universidade de Frankfurt, Alemanha, e o concluiu na Universidade da Califórnia em San Diego. Logo depois, ela foi contratada para lecionar na Universidade da Califórnia em Los Angeles, mas acabou sendo demitida em menos de um ano devido às suas ideologias radicais feministas e seu engajamento com o Partido Comunista dos Estados Unidos e o Partido dos Panteras Negras.

Como organização política, os Panteras Negras reivindicaram, em 1970, a libertação de três de seus membros – George Jackson, Fleeta Drumgo e John Clutchette – os quais haviam sido encarcerados na prisão de Soledad, na cidade de Monterrey, Califórnia. Para isso, planejaram a invasão do Tribunal Superior da Califórnia, o que resultou na morte do juiz Harold Haley. Davis foi acusada de envolvimento no crime e passou a integrar a lista dos fugitivos mais procurados do FBI. Depois de alguns meses, foi encontrada em Nova York e permaneceu presa por mais de um ano. Sua prisão teve uma grande repercussão mundial, o que desencadeou o movimento conhecido como “*Free Angela Davis*”. Um ano e meio mais tarde, em 1972, após ser julgada e inocentada, ela teve sua liberdade concedida. Davis acabou se tornando um símbolo do abuso de poder do sistema de justiça estadunidense, conforme ela mesma afirma no prefácio de sua autobiografia publicada em 1974:

O único evento fora do comum de minha vida não teve nada a ver comigo como indivíduo – com uma pequena mudança na história, qualquer outra irmã ou irmão poderia ter se tornado

facilmente a presa política que milhões de pessoas de todo o mundo resgataram da perseguição e da morte. (DAVIS, 1974, p. xvi)^{1 2}

Desde então, no decorrer dos anos, como mulher, negra, feminista, natural de uma região extremamente racista, Davis consolidou sua carreira como professora da Universidade da Califórnia em Santa Cruz (aposentada desde 2008), palestrante e escritora, contribuindo de forma contundente para discussões sobre racismo, feminismo, sistema prisional, entre outros temas. No conjunto de suas publicações, que abrangem diferentes gêneros, encontram-se obras como: *If They Come in the Morning: Voices of Resistance* (1971); *Angela Davis: An Autobiography* (1974); *Women, Race & Class* (1981); *Violence Against Women and the Ongoing Challenge to Racism* (1985); *Women, Culture & Politics* (1990); *Are Prisons Obsolete?* (2003) e *The Meaning of Freedom: And Other Difficult Dialogues* (2012).

No que diz respeito especificamente a *Women, Race & Class*, cujo contexto de tradução no Brasil será abordado no presente artigo, esse livro é considerado uma referência nos estudos feministas e de interseção entre raça, gênero e classe, principalmente no que diz respeito às mulheres negras. A partir de uma perspectiva histórica, Davis desenvolve uma análise crítica dos movimentos feministas no âmbito dos Estados Unidos. Sendo assim, ela demonstra que a união de mulheres brancas e negras no século XIX em prol da abolição da escravidão e do direito dos afro-americanos à educação aos poucos foi sendo substituída pelo distanciamento entre elas em contextos como a luta pelo direito ao voto, que privilegiaria apenas mulheres brancas e das classes média e alta. Na visão de Davis, “‘mulher’ era o critério, mas nem toda mulher parecia estar qualificada. As mulheres negras, claro, eram praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino” (DAVIS, 2016b, p. 146). Nesse cenário, ainda que não fossem mais escravizadas oficialmente após 1863, as mulheres negras continuariam, ao longo dos anos, a sofrer diversas formas de opressão: poucas oportunidades de trabalho, em sua maioria trabalhos domésticos, e abuso sexual por parte dos patrões.

Com uma abordagem acadêmica, enriquecida de trechos de documentos, textos literários e outros gêneros, a obra *Women, Race & Class* é dividida em 13 capítulos e contém um total de 641 notas de fim referentes não só às obras citadas, como também a informações complementares. Trata-se do quarto livro de Davis, o qual, além de tratar das questões mencionadas, permeia tópicos como o estereótipo

1. Todas as traduções que não estiverem referenciadas foram feitas por mim.

2. “The one extraordinary event of my life had nothing to do with me as an individual – with a little twist of history, another sister or brother could have easily become the political prisoner whom millions of people from throughout the world rescued from persecution and death”.

do homem negro como estuproador e as distinções entre as mulheres negras, latinas e imigrantes e as mulheres brancas no que concerne a direitos reprodutivos.

Publicado originalmente em 1981 pela Random House, considerada a maior editora de livros *paperback* (de capa mole, sem orelhas) de assuntos gerais no mundo, *Women, Race & Class* foi relançado dois anos depois pela Vintage Books, uma subdivisão da Random House. Essa publicação de 1983 – vendida até os dias hoje e inserida nas áreas de estudos feministas, história e estudos da diáspora negra – possui em sua capa e quarta capa alguns comentários sobre a obra e sua autora retirados de jornais renomados como o *Los Angeles Times* – “Uma utilíssima exposição dos dilemas atuais do movimento das mulheres que atende a todas as expectativas”³ – e o *Washington Post* – “Ela contextualiza o debate frequentemente exaltado sobre a branquitude e o elitismo do feminismo”⁴. Ao reconhecimento por parte da crítica estadunidense somam-se as traduções do livro para diversas línguas como o espanhol, o russo, o turco⁵ e, mais recentemente, o português brasileiro.

Este artigo pretende abordar a tradução de *Women, Race & Class* no Brasil, sob uma ótica descritivista, em articulação com os pensamentos de intelectuais feministas latino-americanas e latinas que residem nos Estados Unidos, tais como Sonia E. Alvarez e Claudia de Lima Costa, cujas considerações contribuirão para uma discussão sobre questões de gênero e étnico-raciais. A partir dessas reflexões, objetivamos entender o contexto de publicação do livro *Mulheres, raça e classe* (2016) no cenário cultural brasileiro, promovendo uma análise de seus paratextos, ou seja, dos elementos que acompanham o texto como capa, quarta capa, prefácio, notas de rodapé, entre outros (GENETTE, 2009), do próprio texto traduzido, do papel da editora e da sua recepção crítica. A fundamentação teórica para o desenvolvimento dessa proposta será discutida a seguir.

1. UM OLHAR SOBRE A TRADUÇÃO PARA ALÉM DE UMA TRANSPOSIÇÃO LINGUÍSTICA

No campo dos Estudos da Tradução, particularmente no que diz respeito a uma abordagem descritivista, José Lambert e Hendrik Van Gorp (1985) trouxeram importantes contribuições para a ampliação de uma vertente de pensamento que considerava apenas as questões linguísticas do processo de tradução. Partindo da

3. “As useful an exposition of the current dilemmas of the women’s movement as one could hope for”.

4. “She places in context the often acrimonious debate over the whiteness and elitism of feminism”.

5. Informações retiradas do site *Index Translationum*, um banco de dados da UNESCO que contém listas de livros traduzidos em diferentes línguas e países.

ideia de que “a comparação entre T1 e T2 é, portanto, uma parte relevante dos estudos da tradução – contanto que ela não obscureça uma perspectiva mais ampla” (LAMBERT; VAN GORP, 1985, p. 47)⁶, eles propuseram uma metodologia para descrever e explicar traduções em “On Describing Translations”. A proposta é dividida em quatro pontos principais: dados preliminares, nível macroestrutural, nível microestrutural e contexto sistêmico. Nos dados preliminares, são considerados os títulos e a estrutura geral da tradução. No nível macroestrutural, investigam-se aspectos como a divisão do texto, os títulos de capítulos, a estrutura interna da narrativa e os comentários do autor. No nível microestrutural, observam-se a seleção de vocabulário, os padrões gramaticais dominantes, os níveis de linguagem, entre outros fatores. Por fim, o contexto sistêmico trata das ligações entre os níveis macro e microestruturais, entre outros textos e entre outros sistemas.

Na década de 90, após alguns anos da divulgação da metodologia de Lambert e Van Gorp, teve lugar a “virada cultural”, a partir da qual aspectos históricos, culturais e ideológicos relativos à tradução passaram a ganhar destaque nos Estudos da Tradução. Na visão de Susan Bassnett e André Lefevere, a tradução “[...] como todas as (re)escritas nunca é inocente. Há sempre um contexto em que a tradução ocorre, sempre uma história da qual um texto emerge e para a qual um texto é transposto” (BASSNETT; LEFEVERE, 1990, p. 11)⁷. Soma-se a isso o fato de a tradução ser “[...] responsável, em grande parte, pela imagem de uma obra, um autor, uma cultura” (LEFEVERE, 1990, p. 27)⁸ e estar a serviço de um mecanismo de poder atuante em um contexto literário específico, no qual o texto será reescrito. Esse mecanismo – a patronagem – é composto de indivíduos ou instituições com autoridade para regular a produção, a divulgação, a leitura e a reescrita da literatura. Entre eles se encontram partidos políticos, associações religiosas, editoras e veículos midiáticos. De acordo com Lefevere, a patronagem é constituída por um componente ideológico, que atua restringindo a escolha e o desenvolvimento tanto da forma quanto do conteúdo; um componente econômico, por meio do financiamento dos trabalhos de escritores e reescritores; e um componente de *status*, a partir do qual submeter-se à patronagem significa integrar-se a um grupo e a um estilo de vida (LEFEVERE, 1992). Desse modo, a patronagem exerce um papel crucial na construção do produto final, na medida em que estabelece, por exemplo,

6. “The comparison of T1 e T2 is therefore a relevant part of translation studies – as long as it does not obscure the wider perspective”.

7. “[...] like all (re)writings [translation] is never innocent. There is always a context in which the translation takes place, always a history from which a text emerges and to which a text is transposed”.

8. “[...] responsible to a large extent for the image of a work, a writer, a culture”.

quem traduz e como traduz, por que razões, sob que diretrizes, para que público-alvo, entre outros fatores.

Gideon Toury também colaborou para os Estudos da Tradução nessa época. Em *Descriptive Translation Studies and Beyond* (1995), ele parte do pressuposto de que a tradução é um fato característico da cultura-meta, a qual exerce um papel preponderante em processos como a seleção de textos a serem traduzidos (ou vistos como traduções), as estratégias adotadas pelo tradutor e a posição que as traduções ocuparão em dado contexto cultural. Dessa forma, segundo Toury, “as traduções sempre surgem em determinado contexto cultural e se destinam a atender a certas necessidades desse sistema e/ou preencher certos nichos nele existentes” (TOURY, 1995, p. 12)⁹. Na visão do autor, existe uma relação direta entre o lugar da tradução na cultura de chegada (função), a sua forma final (produto) e os procedimentos utilizados pelo tradutor (processo): a função de uma tradução na cultura-meta é determinante para a execução do processo de tradução e, conseqüentemente, a elaboração do produto. Para se produzir um estudo descritivo, portanto, faz-se necessária uma busca pela contextualização de cada fenômeno tradutório.

Esse interesse na relação entre tradução e aspectos culturais, ideológicos e de poder ampliou-se ao longo dos anos, o que culminou na “virada do poder” nos Estudos da Tradução, segundo Edwin Gentzler e Maria Tymoczko (2002). Nessa perspectiva, faz-se necessário lançar um olhar mais apurado sobre aspectos como os mecanismos de controle que operam no sistema literário, a função que determinada obra traduzida deve procurar atender no polo receptor e o público leitor a quem será destinada. Os pensamentos de Gentzler e Tymoczko (2002, p. 18) contribuem para essa tomada de consciência por parte daqueles que traduzem ou analisam traduções:

Os tradutores têm que fazer escolhas, selecionando aspectos ou partes de um texto para transpor e dar destaque. Tais escolhas, por sua vez, servem para criar representações de seus textos-fonte, representações que também são parciais. Essa parcialidade não deve ser considerada um defeito, uma falta ou uma ausência em uma tradução; é uma condição necessária do ato.¹⁰

No livro *Translation in a Postcolonial Context* (1999), Tymoczko discute questões de poder especificamente no contexto da tradução de textos de culturas

9. “Translations always come into being within a certain cultural environment and are designed to meet certain needs of, and/or occupy certain ‘slots’ in it”.

10. “Translators must make choices, selecting aspects or parts of a text to transpose and emphasize. Such choices in turn serve to create representations of their source texts, representations that are also partial. This partiality is not to be considered a defect, a lack, or an absence in a translation; it is a necessary condition of the act”.

marginalizadas, tais como aqueles inseridos no âmbito da diáspora africana, como é o caso da produção de Angela Davis. Na visão de Tymoczko, a carga de informações históricas e culturais inseridas nesses textos é muito grande, o que impele o tradutor a dois caminhos: 1) fazer escolhas sobre o que irá traduzir; ou 2) encontrar um formato que permita a inserção de comentários, a partir da utilização de recursos paratextuais como prefácios, posfácios e notas de rodapé. A primeira opção é normalmente mais comum quando o objetivo principal é atingir um grande número de leitores, enquanto que a segunda se restringe frequentemente a um público-alvo específico. Na medida em que a tradução é resultado de um processo em que certos aspectos são ora representados, completamente ou parcialmente, ora omitidos, ela “[...] é metonímica: é uma forma de representação em que partes ou aspectos do texto-fonte acabam representando o todo” (TYMOCZKO, 1999, p. 55)¹¹.

Dessa maneira, o tradutor deve tomar decisões, o que irá gerar perdas e ganhos no movimento entre línguas e culturas distintas. Tais decisões estão baseadas em uma multiplicidade de fatores: “[...] a identidade e as afiliações do autor, a identidade e as afiliações do tradutor, as conexões do tradutor com movimentos políticos e sociais, o contexto de recepção (tais como resenhas, censura, ações judiciais) da tradução” (TYMOCZKO, 2010, p. 233)¹². Diante desse cenário, o pesquisador deve estar atento não só aos aspectos do texto-fonte presentes no texto-meta, mas também aos que se encontram ausentes, como as omissões microtextuais e a inexistência de determinadas traduções. Além disso, é importante uma contextualização da tradução em dado momento histórico, a qual irá apontar para os mecanismos de poder dominantes que priorizam uma forma ou interpretação em detrimento de outras (GENTZLER; TYMOCZKO, 2002). Tal reconhecimento das diversas relações de poder envolvidas no processo tradutório reflete uma articulação entre a abordagem descritivista dos Estudos da Tradução e outros campos do conhecimento como os Estudos Culturais e os Estudos Pós-Coloniais, a qual será relevante para a análise do contexto de tradução de *Women, Race & Class* no Brasil.

No artigo “A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução” (2013), Sonia E. Alvarez e Claudia de Lima Costa ampliam ainda mais esse diálogo entre diferentes áreas de estudo ao mostrarem o papel da tradução no estabelecimento de diferentes redes que subvertam paradigmas colonialistas, patriarcais e racistas.

11. “[...] is metonymic: it is a form of representation in which parts or aspects of the source text come to stand for the whole”.

12. “[...] the identity and affiliations of the author, the identity and affiliations of the translator, the connections of the translator with social and political movements, the reception context (such as reviews, censorship, legal action) of translation”.

Isso porque, na visão das autoras, “nossa proposta é considerar a tradução como política e teoricamente indispensável para forjar alianças políticas e epistemologias feministas em prol da justiça social, antirracistas, pós-coloniais e anti-imperialistas” (ALVAREZ; COSTA, 2013, p. 580). Desse modo, elas continuam, pensar em “um projeto de uma política de tradução feminista translocal é crucial para a construção de ‘epistemologias conectadas’” (ALVAREZ; COSTA, 2013, p. 580). Mesmo que o referido projeto tenha como foco as interações entre os feminismos de mulheres latino-americanas e latinas que vivem nos Estados Unidos, ele contribui para se pensar no modo como determinadas teorias e concepções transitam em diferentes espaços através da tradução. Assim como Lefevere (1992) sublinha a questão da patronagem, Alvarez e Costa apontam para os mecanismos de poder relativos ao processo de tradução:

É bem sabido que os textos não viajam através de contextos linguísticos sem um ‘visto’. Seu deslocamento pode acontecer somente se também houver um aparato material organizando sua tradução, publicação e circulação. Este aparato – que, ao mesmo tempo que é constituído pelos contextos de recepção, também os constitui – influencia de maneira significativa quais teorias/textos são traduzidos e (re)significados para ajustar-se melhor às agendas intelectuais locais. (ALVAREZ; COSTA, 2013, p. 581)

As reflexões levantadas por Alvarez e Costa sobre a relação entre a tradução e o movimento de teorias feministas tiveram continuidade no livro organizado por elas e outras autoras. Publicado em 2014, *Translocalities/Translocalidades: Feminist Politics of Translation in the Latin/a Americas* chama a atenção por seu próprio título, a partir do uso da língua portuguesa nas palavras “translocalidades” e “Américas”, o que demonstra uma tentativa de ruptura da hegemonia do inglês. A obra em questão é composta por 20 capítulos escritos por pesquisadoras de países como Argentina, Brasil, Bolívia, Chile e México, assim como latinas que moram nos Estados Unidos que fazem parte do grupo apelidado de *Translocas*. Na primeira introdução, Alvarez esclarece que o *Translocas* foi concebido “[...] tanto como um projeto político quanto como uma episteme para apreender e negociar as Américas globalizadas, projeto esse que pode ser acolhido potencialmente de forma ampla em todo o hemisfério e além dele” (ALVAREZ, 2014, p. 4)¹³. Nessa negociação estão presentes os desafios de tradução, mesmo entre mulheres que compartilham das mesmas línguas e culturas. Um exemplo disso, observado por Costa na segunda introdução do livro, é a intraduzibilidade do termo estadunidense *women of color* em outros contextos, uma vez que “[...] raça é uma categoria que é ‘lida’ de modos específicos em diferentes

13. “[...] as both a political project and an episteme for apprehending and negotiating the globalized Americas, one that can potentially be embraced widely across the hemisphere and beyond”.

formações raciais” (COSTA, 2014, p. 21)¹⁴. Esse e outros pontos levantados por Alvarez e Costa, além do que foi exposto sobre as questões culturais, ideológicas e de poder relativas à tradução, servirão de base para se pensar sobre como um livro da importância de *Women, Race & Class* para a discussão de temáticas de raça e gênero, entre outras, foi traduzido, divulgado e recebido no contexto cultural brasileiro.

2. A VOZ DE ANGELA DAVIS TRADUZIDA NO BRASIL: O CASO DE MULHERES, RAÇA E CLASSE

Com relação às publicações de Angela Davis, incluindo discursos, ensaios, artigos e coletâneas, ainda há pouco material disponível em português. Além de *Mulheres, raça e classe* (2016b), podem ser destacados os seguintes textos traduzidos: “Angela Davis apresenta o livro da camarada Erika Huggins” (2016a), de Jaqueline Conceição da Silva; “O discurso de Angela Davis no Women’s March” (2017b), de Juliana Borges; *Mulher, raça e classe* (2013), de Plataforma Gueto e *Mulheres, cultura e política* (2017), de Heci Regina Candiani. Nesse conjunto, chama a atenção o fato de os textos disponibilizados online terem sido traduzidos e publicados em sites voltados para a discussão de questões étnico-raciais como o Alma Preta, agência de jornalismo especializado na temática racial do Brasil; o Geledés, que tem como missão combater o racismo, sexismo, a violência contra a mulher e a homofobia e o Plataforma Gueto, movimento social negro em Portugal que defende a auto-determinação de todos os povos através da resistência anti-imperialista e antirracista.

Especificamente no que diz respeito a *Women, Race & Class* em língua portuguesa, a tradução do grupo Plataforma Gueto foi feita por um grupo de 17 mulheres negras portuguesas. No prefácio, as tradutoras mostram sua articulação com o pensamento de Angela Davis e ressaltam o público-alvo ao qual será destinada a obra:

Inspiradas por ela, convidamos as mulheres negras portuguesas a lerem o seu livro, agora traduzido, e a reflectirem sobre as suas experiências de vida de uma forma política, de forma a que se escureça o que nos oprime, quem nos subjuga, quem são os nossos inimigos, para que possamos unidas pela nossa condição social e racial (povo negro) possamos resistir e lutar. (PLATAFORMA GUETO, 2013, p. 6)

Nesse sentido, a tradução em questão foi feita a partir de um posicionamento politicamente engajado no movimento social negro, podendo ser observado o uso do vocábulo “escureça”, em vez de “esclareça”, sob uma perspectiva feminista. É importante ressaltar que, por mais que o foco deste artigo não seja a análise dessa

14. “[...] race is a category that is “read” in specific ways in different racial formations”.

tradução em particular, mencioná-la e observar seu contexto de publicação, mesmo que de forma breve, é relevante, já que essa era a única tradução em português disponível antes de a obra ser lançada pela editora Boitempo.

Publicado em 2016, *Mulheres, raça e classe* chegou ao Brasil após 35 anos de sua primeira edição no contexto de origem. Entre seus paratextos, ou seja, “[...] aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público. Mais do que um limite ou uma fronteira estanque, trata-se aqui de um limiar [...] que oferece a cada um a possibilidade de entrar, ou de retroceder” (GENETTE, 2009, p. 9-10), a capa e a quarta capa se constituem da seguinte forma:

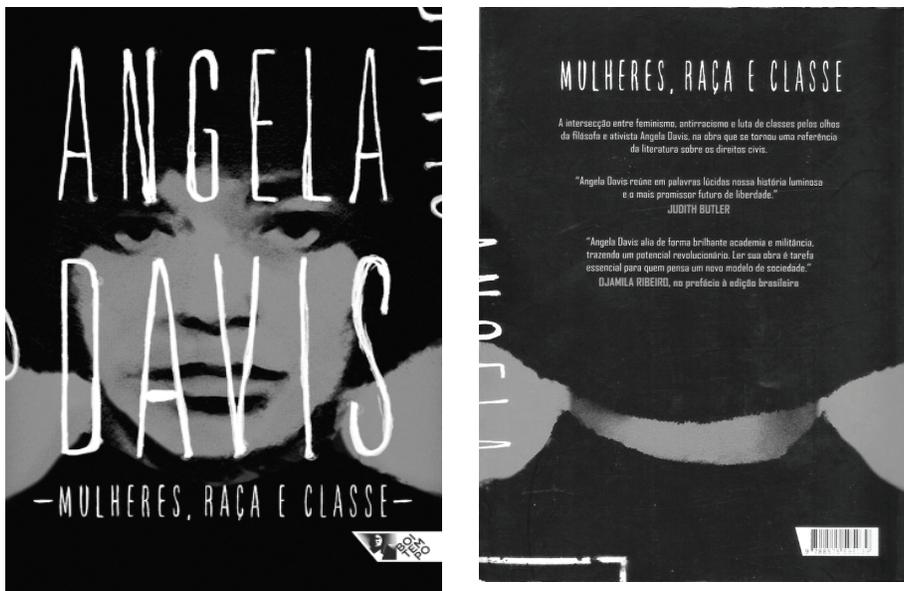


Imagem 1. Capa e quarta capa

Fonte: Davis (2016b)

Na capa, há uma ilustração do rosto de Angela Davis em preto e vermelho, olhando para frente, sobreposta pelo nome da autora em branco, no centro da página, seguido pelo título e pela logomarca da editora Boitempo. Na quarta capa, parece estar presente a mesma ilustração da capa, só que de costas. Sobre o desenho, encontram-se o título do livro, um pequeno texto que define a obra como “uma referência da literatura sobre os direitos civis” e dois comentários

sobre Davis e a relevância de sua escrita. Um deles é de Judith Butler – feminista e filósofa estadunidense conhecida internacionalmente – e o outro é de Djamila Ribeiro, filósofa e uma das maiores representantes do feminismo negro no Brasil atualmente. Ambas as intelectuais são vinculadas à Boitempo: Butler teve sua obra *Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo* publicada em 2017, enquanto que Ribeiro é colunista do blog da editora. Os paratextos em questão sugerem algumas reflexões: a centralidade do nome de Angela Davis na capa, bem como as imagens de seu rosto tanto na capa quanto na quarta capa, podem indicar uma busca da editora em dar destaque a um nome já conhecido mundialmente, além de trazer uma intertextualidade com o cartaz do filme “Libertem Angela Davis” (“Free Angela and All Political Prisoners”, Estados Unidos/França, 2012), de Shola Lynch, lançado no Brasil em 2014 (Imagem 2); a apresentação na quarta capa menciona direitos civis de forma abrangente, ou seja, sem especificar o contexto dos negros nos Estados Unidos, sugerindo que o público-alvo, por um lado, já esteja ciente desse contexto ou, por outro, que, justamente por não ter conhecimento do referido cenário, irá se interessar em descobri-lo a partir da leitura do livro; as opiniões de Judith Butler e Djamila Ribeiro, referências nos estudos de gênero e de raça, legitimam a publicação da editora Boitempo, e reforçam, assim, o mecanismo de patronagem (LEFEVERE, 1990) relativo a *Mulheres, raça e classe*.

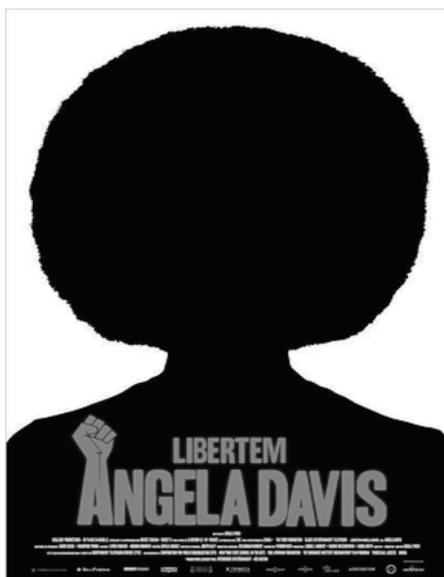


Imagem 2. Cartaz do filme “Libertem Angela Davis”

Fonte: <https://filmow.com/libertem-angela-davis-t84244/>

Dando continuidade aos dados preliminares (LAMBERT; VAN GORP, 1985), o livro conta com orelhas que apresentam um texto escrito por Rosane Borges, colunista da revista Carta Capital que geralmente trata de temas vinculados ao racismo e ao sexismo. Borges situa a obra de Davis como um clássico, traz um resumo dos capítulos, estabelece um diálogo do livro com a práxis do feminismo negro brasileiro e ressalta a importância dessa tradução no Brasil para disseminar as ideias da autora. A esse texto de Borges soma-se um resumo da biografia de Davis. Já no interior do livro, encontra-se um pequeno texto intitulado “Notas da edição” (DAVIS, 2016b) com os seguintes esclarecimentos:

Publicado originalmente em 1981, este livro contém algumas referências a lugares, fatos e eventos que podem não existir mais nos dias que correm (como o *apartheid* na África do Sul, à época também em vigor). Os colchetes explicativos ou com traduções ao longo do texto são da edição brasileira, aqueles em citações, tanto os de supressões como os de acréscimos, são da autora.

Depois dessa nota, encontra-se o sumário, no qual chama a atenção o fato de, no capítulo 10 (“Mulheres comunistas”), os nomes dessas mulheres serem apresentados, com os números das páginas relativas a cada uma delas. Isso não ocorre na edição original. Como exposto anteriormente, a tradução é um fato da cultura-meta e é ela quem determina o que deve ser destacado ou apagado no produto final (TOURY, 1995). Nesse sentido, a escolha em questão pode estar relacionada a uma postura político-ideológica da própria editora, fundada por Ivana Jinkings, filha do “dirigente comunista Raimundo Jinkings” (BOITEMPO EDITORIAL, 2018), criador da primeira Boitempo.

Ainda antes do prefácio, há algumas imagens como a de um punho fechado, símbolo do Partido dos Panteras Negras, no qual Davis militava; uma foto de Davis com alguns dados que constavam no cartaz do FBI quando ela estava foragida e uma ilustração contendo a frase “*Free Angela Davis*”:



Imagem 3. Imagens que antecedem ao prefácio

Fonte: Davis (2016b)

Já com relação ao prefácio, ele foi escrito por Djamilia Ribeiro. Nele, a autora apresenta uma breve biografia de Angela Davis, situando-a como “[...] uma mulher à frente de seu tempo” (RIBEIRO, 2016b, p. 11) e aponta para a importância do livro para se entender o conceito de interseccionalidade, ressaltando que as mulheres negras, sendo “[...] o [grupo] mais atingido pelas consequências de uma sociedade capitalista, foi obrigado a compreender, para além de suas opressões, a opressão de outros grupos” (RIBEIRO, 2016b, p. 13). A escolha de Ribeiro para a escrita do prefácio em questão sugere a tentativa da editora de ter um nome ligado ao movimento negro feminista no Brasil conhecido na mídia nos dias de hoje, ainda mais pelo fato de a publicação ocorrer com um distanciamento temporal muito grande em comparação à edição original. E Ribeiro destaca em seu texto a relação do pensamento de Davis com os tempos atuais. Nas suas palavras, “a recusa a um olhar ortodoxo mantém Davis atenta às questões contemporâneas, que abarcam desde a cantora Beyoncé à crise de representatividade” (RIBEIRO, 2016b, p. 13).

Sobre o nível macrotextual (LAMBERT; VAN GORP, 1985), ainda no âmbito dos paratextos, as 641 notas de fim presentes na edição original transformaram-se em notas de rodapé em *Mulheres, raça e classe*. Além disso, há 29 notas da equipe editorial e da tradutora. Estes são alguns exemplos de notas da equipe editorial, relativos a determinados termos:

Tabela 1. Termos no texto traduzido e notas da equipe editorial sobre eles

Pennsylvania Hall	“Ponto de encontro dos abolicionistas do século XIX, na Filadélfia, cuja estrutura original durou poucos dias antes de ser incendiada” (DAVIS, 2016b, p. 50).
Leis Jim Crow	“Conjunto de leis que institucionalizava a segregação racial no Sul dos Estados Unidos em locais e serviços públicos, como escolas e meios de transporte, mas também em estabelecimentos particulares como restaurantes. Sua duração foi de quase um século (de 1876 a 1965)” (DAVIS, 2016b, p. 99).
Dilsey	“Personagem do livro <i>O som e a fúria</i> , de William Faulkner (trad. Paulo Henriques Britto, São Paulo, Cosac Naify, 2009)” (DAVIS, 2016b, p. 102).

Fonte: Davis (2016b)

As passagens acima demonstram que a equipe editorial se preocupou não só em trazer informações históricas e culturais referentes a questões étnico-raciais nos Estados Unidos, como também possibilitar ao leitor brasileiro o acesso a referências de obras – incluindo o nome do tradutor – que já foram publicadas no Brasil, como é o caso de *O som e a fúria*. Com relação às notas da tradutora, podem ser destacados os exemplos abaixo:

Tabela 2. Termos no texto traduzido e notas da tradutora sobre eles

<i>Underground Railroad</i>	“ <i>Underground Railroad</i> era o nome dado a um conjunto de rotas secretas e pontos de parada clandestinos que escravos e escravos usavam para conseguir chegar ao Canadá ou ao México, contando com a ajuda de abolicionistas [...]” (DAVIS, 2016b, p. 35).
Círculo de Costura de Portland	“No original, Portland Sewing Circle. Os círculos de costura eram grupos de mulheres que se reuniam para costurar roupas com fins beneficentes e também para discutir questões políticas e sociais. Nos Estados Unidos, antes da Guerra Civil, os círculos foram espaços importantes para a conscientização política das mulheres brancas” (DAVIS, 2016b, p. 59).
Sorosis	“Criado em março de 1868, a Sorosis é considerada a primeira agremiação feminina. Seu nome deriva da palavra latina soror, irmã” (DAVIS, 2016b, p. 133).

Fonte: Davis (2016b)

Esses exemplos mostram que a tradutora disponibilizou informações importantes sobre o contexto estadunidense no que diz respeito a movimentos de resistência tanto dos escravizados (homens e mulheres) a um sistema de dominação, quanto das mulheres brancas a uma sociedade patriarcal.

No que se refere ao nível microtextual (LAMBERT; VAN GORP, 1985), no quadro abaixo, encontram-se as traduções de algumas passagens cujos termos em destaque se constituem como desafios para a tradução, particularmente no que diz respeito a questões de gênero e étnico-raciais:

Tabela 3. Traduções de passagens que se configuram como desafios de tradução

" <u>Pai Tomás</u> e <u>Sambo</u> sempre tiveram como companheiras fiéis <u>Tia Jemima</u> e <u>Mammy</u> [...]" (DAVIS, 2016b, p. 18).	" <u>Uncle Tom</u> and <u>Sambo</u> have always found faithful companions in <u>Aunt Jemina</u> and the <u>Black Mammy</u> [...]" (DAVIS, 1983, p. 5).
"Leve essa <u>preta</u> para aquela plantação de algodão" (DAVIS, 2016b, p. 19).	"Git this here <u>nigger</u> to that cotton patch" (DAVIS, 1983, p. 6).
"[...] as escravas não tinham nenhum direito legal sobre suas <u>filhas e filhos</u> " (DAVIS, 2016b, p. 20).	"[...] female slaves had no legal claims whatever on their <u>children</u> " (DAVIS, 1983, p. 7).
"Com frequência, racismo e sexismo convergem – e a condição das mulheres brancas trabalhadoras não raro é associada à situação opressiva das <u>mulheres de minorias étnicas</u> " (DAVIS, 2016b, p. 102).	"Racism and sexism frequently converge – and the condition of white women workers is often tied to the oppressive predicament of <u>women of color</u> " (DAVIS, 1983, p. 94).

Fonte: Davis (2016b)

Na primeira passagem, constam nomes de alguns personagens que reforçam estereótipos relativos aos negros nos Estados Unidos. Nesse caso, além de traduzi-los, baseando-se na forma como eles são conhecidos em língua portuguesa – como é o caso de Pai Tomás e Mammy – a tradutora optou por explicá-los de forma mais detalhada em uma nota de rodapé:

As figuras evocadas são personagens de livros, filmes e canções que se tornaram parte o imaginário popular e passaram a personificar certos estereótipos. O nome Sambo é atribuído a um dos escravos de *A cabana do Pai Tomás* [...]. Tia Jemina, por sua vez, vem de uma canção dos shows de variedades do século XIX [...]. Já Mammy designava as mulheres negras que se incumbiam das crianças [...] realizando outras tarefas da casa; foi também nome de sua personagem do livro *E o vento levou*...assim como do filme nele baseado. (DAVIS, 2016b, p. 18)

A disponibilização de dados como esses sugere uma postura consciente da tradutora com relação a questões étnico-raciais. Isso também ocorre no uso do vocábulo "preta" como tradução de *nigger*, já que não foi escolhido, por exemplo, um termo neutro e não-ofensivo como "negra". Além disso, a tradução de *children* como "filhos e filhas", em vez de simplesmente "filhos" demonstra um posicionamento engajado da tradutora em marcar a presença do gênero feminino.

Com relação à escolha de “mulheres de minorias étnicas” para a tradução de *women of color*, a tradutora fez questão de explicar sua opção em uma nota de rodapé:

No original, “*women of color*”. Nos Estados Unidos, a expressão “*people of color*” não tem sentido pejorativo e é aplicada a pessoas de origem africana, asiática, indígena e de outros grupos politicamente definidos como minorias étnicas. Por outro lado, o termo “*colored people*”, aqui traduzido como pessoas de cor, era utilizado apenas em referência a afrodescendentes e, historicamente, adquiriu um sentido pejorativo. (DAVIS, 2016b, p. 102)

É importante ressaltar que *women of color* é um termo muito específico, ligado ao contexto estadunidense. Tanto é que, conforme mencionado anteriormente, Claudia Lima da Costa (2014) o considera intraduzível. Isso também ocorre com *colored people* que, se for traduzido literalmente, sem qualquer explicação adicional, pode ser interpretado no Brasil como um termo ofensivo.

Retomando o pensamento de Tymoczko (1999), diante do grande volume de informações históricas, sociais e culturais presentes em *Women, Race & Class*, a tradutora optou não só por deixar evidentes questões de gênero e étnico-raciais no texto em si, como também por lançar mão de notas de rodapé, contribuindo, assim, para a ampliação do conhecimento dos leitores, especialmente no que diz respeito à sociedade estadunidense e seus diversos sistemas de opressão. Tal estratégia pode estar relacionada a fatores como o momento histórico (GENTZLER, TYMOCZKO, 2002), já que atualmente discussões antirracistas e antissexistas ganharam visibilidade em diversos setores da sociedade, o gênero que está sendo traduzido – um livro teórico, acadêmico – a política dos editores e a própria autonomia nas escolhas tradutórias, postura ideológica e formação acadêmica da tradutora. Nesse caso, é relevante destacar que, de acordo com o site da editora Boitempo, Heci Regina Candiani é doutoranda em Ciências Sociais pela Unicamp e pesquisa temas como mídia, sociologia do jornalismo e da literatura e teorias de gênero.

Considerando-se o contexto sistêmico (LAMBERT; VAN GORP, 1985) relativo a *Mulheres, raça e classe*, conforme sugerem Gentzler e Tymoczko (2002), é necessário estarmos atentos não só ao material que foi traduzido, como também para o que se encontra ausente: trata-se da primeira tradução de uma obra de Angela Davis e de um entre pouquíssimos livros de não-ficção de autores negros, especialmente mulheres, publicados no Brasil. Esse cenário demonstra o quanto está presente o racismo institucional no mercado editorial de nosso país e reafirma a existência, como destaca Lefevere (1990), de um mecanismo de poder que regula todo o processo de tradução desde a escolha do que será ou não traduzido. Desse modo, ao trazer para a língua portuguesa que, segundo Rosane Borges (2016b)

na orelha do livro, “[...] atribui centralidade ao papel das mulheres negras na luta contra as explorações que se perpetuam no presente”, a editora Boitempo contribui, de certa forma, para a desestabilização do paradigma dominante no cenário editorial brasileiro.

Fundada em 1995, a Boitempo tem publicado obras de intelectuais nacionais e estrangeiros, em diferentes áreas das ciências humanas e abrangendo diversos temas como indústria cultural, capitalismo, comunismo, marxismo, questões de gênero, entre outros. Por conseguinte, a publicação de *Mulheres, raça e classe* reflete a ideologia da editora, particularmente na área de sociologia, com foco no feminismo, já que é nas referidas categorias que a obra foi classificada, de acordo com o site da Boitempo. Na página virtual sobre o livro de Davis traduzido, especificamente, podem ser destacados alguns pontos: a imagem da capa de *Mulheres, raça e classe*, seguida de dados como autora, tradutora e número de páginas; um pequeno texto de apresentação que menciona a intersecção de raça, classe e gênero nos sistemas de opressão, com foco na situação da mulher negra; uma imagem em movimento que mostra algumas páginas do livro; um trecho do prefácio de Djamilia Ribeiro, bem como um vídeo da filósofa intitulado “Ler Angela Davis no Brasil”; uma foto de Angela Davis; a imagem da capa de *Mulheres, cultura e política*, publicado em 2017 pela Boitempo, com um link para informações sobre a obra em questão. Tais elementos, além de contribuírem para a divulgação de *Mulheres, raça e classe*, ilustram como se configura o sistema de patronagem (LEFEVERE, 1990) – quem é a autora, quem apoia e legitima a publicação o livro, que outros livros da autora a editora publicou, entre outros fatores.

Ainda nesse contexto sistêmico, é importante ressaltar que a editora Boitempo escolheu um dos livros mais conhecidos de Angela Davis, já consagrado mundialmente, para ser traduzido no Brasil. E isso ocorreu em um momento em que o nome da autora estava em voga na mídia brasileira, devido à sua vinda ao nosso país para participar do “Festival Latinidades 2014: Griôs da Diáspora Negra”, ocorrido em Brasília, e à repercussão do filme “Libertem Angela Davis”, citado anteriormente. Sua visita ao Brasil foi destacada em textos como “Angela Davis critica ausência de negros no poder e na televisão no Brasil” (Mariana Tokarnia, Agência Brasil, 25/07/2014) e “Racismo na mídia: entre a negação e o reconhecimento” (Coletivo Intervezes, Carta Capital, 29/07/2014). Quanto ao filme, ele foi bem recebido pela crítica. Eleonora de Lucena, colunista da *Folha de São Paulo*, por exemplo, avaliou o filme como “ótimo”, destacando que a diretora Shola Lynch “acerta o ponto ao recuperar uma história que ainda tem rastros

nas ruas de Ferguson, nas arquibancadas de Porto Alegre ou nas prisões de São Paulo” (LUCENA, 2014).

Quanto à recepção crítica de *Mulheres, raça e classe*, em sites de jornais e revistas, encontram-se alguns comentários sobre o livro. Isabel Costa sublinhou, no jornal *O povo*, o período de tempo extenso entre a edição original e o seu lançamento no contexto brasileiro. Em suas palavras, “35 anos após a publicação original, o livro *Mulheres, Raça e Classe* chega ao Brasil envolto por frisson. É a primeira tradução da obra para o português.” (COSTA, 2016). Assim como Costa, Paula Sperb (2016) chama a atenção para esse distanciamento temporal logo no título de seu texto, publicado na *Folha de São Paulo*: “Aos 35 anos, obra de Angela Davis permanece atual e necessária”. A autora também ressalta a importância do livro nos dias atuais, visto que “[...] não é incomum que grupos de esquerda alinhados ao marxismo se preocupem às vezes exclusivamente, com a classe, negligenciando as questões étnicas e a igualdade de gênero” (SPERB, 2016). Ainda na *Folha de São Paulo*, Maurício Meireles fez referência a *Mulheres, raça e classe* no texto “Do comercial ao ‘cabeça’, editoras do país exploram livros feministas” (2017). Nele, Meireles traz a seguinte observação:

De todo modo, a expansão dos estudos de gênero no meio universitário – ainda que tímida – favorece livros com outro perfil. A editora de esquerda Boitempo, que publica obras do segmento, viu “Mulher, raça e classe”, da ativista negra Angela Davis, vender mais que o esperado, 14 mil até agora. A tiragem inicial apostava modestos 6.000 (MEIRELES, 2017).

Nesse sentido, o fato de as vendas de *Mulheres, raça e classe* ultrapassarem as expectativas iniciais sugere que existe um público leitor interessado em ter acesso a obras afrodiáspóricas que tratem de questões de gênero. Tal parece ser o interesse que, de acordo com o site *Publish News*, por exemplo, entre os livros de não-ficção mais vendidos de 2017 está *Para educar crianças feministas* (2017), tradução do livro *Dear Ijeawele, or A Feminist Manifesto in Fifteen Suggestions* (2017), de Chimamanda Ngozi Adichie, realizada por Denise Bottmann e publicada pela editora Companhia das Letras.

Voltando à recepção crítica de *Mulheres, raça e classe*, no site da *Amazon*, uma das maiores empresas de comércio virtual do mundo, estão disponíveis 15 opiniões de leitores, que avaliaram a obra com cinco estrelas. Nesse contexto, a leitora Jeane Vieira de Britto enfatizou que “o texto tem clareza e honestidade. E as notas de rodapé de tradução completam a integração do leitor a todas as citações, já bem contextualizadas nos períodos históricos que orientam as palavras realmente lúcidas”, enquanto que Leonardo declarou que se trata de “uma leitura agradável, com prefácio de Djamila Ribeiro”. Desse modo, é importante destacar o quanto os

leitores estão atentos a elementos na tradução que extrapolam o nível microtextual e o quanto eles têm um papel relevante na construção do produto final. Outro dado que chamou a atenção no site em análise foram os livros que os clientes compraram junto com *Mulheres, raça e classe*. Entre eles estão o já citado *Para educar crianças feministas*, além de *Mulheres, cultura e política* e *O que é lugar de fala?* (2017), de Djamila Ribeiro. Novamente, a repercussão de livros como esses apontam para o interesse de leitores, mesmo que de um nicho específico, por obras de cunho feminista e antirracista.

A voz de Angela Davis que ecoa em *Mulheres, raça e classe* tem um papel muito importante no movimento de resistência a uma sociedade em que ainda prevalecem estruturas e sistemas de poder que excluem mulheres, negros, pobres, entre outros. O sucesso dessa obra no Brasil ficou mais evidente quando Davis visitou novamente o Brasil em julho de 2017, dessa vez a Bahia, por ocasião do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Além de ter oferecido um curso sobre feminismo negro decolonial na Universidade Federal do Recôncavo Baiano, na cidade de Cachoeira, ela ministrou a palestra “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo” na reitoria da Universidade Federal da Bahia. Durante o seu discurso, para um número de pessoas muito maior do que comportava o auditório, Davis tratou de assuntos como o racismo no sistema prisional e a violência de gênero e destacou a importância da luta do feminismo negro do Brasil, citando nomes como os de Lélia Gonzalez e Mãe Stela de Oxossi. No fim da conferência, disponível no canal de vídeos “TV Boitempo”, Davis (2017a) disse ao público:

Eu gostaria de enfatizar a minha felicidade de estar aqui comemorando com vocês o dia dedicado a mulher afro-caribenha e latina porque as mulheres negras representam a possibilidade da esperança do futuro.

Após ovacionarem a autora de *Mulheres, raça e classe*, as pessoas se aglomeraram até o palco, levantando o livro em questão, na tentativa de conseguir uma foto e/ou um autógrafo. Esse ato, por si só, aponta para o impacto da publicação do livro no contexto brasileiro.



Imagem 4. Pessoas com o livro *Mulheres, raça e classe* durante a palestra de Davis na UFBA
Fonte: Davis (2017a)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos Estudos da Tradução, com foco em um viés descritivista e em uma perspectiva que considera aspectos históricos, sociais, ideológicos e de poder, bem como nas contribuições de Sonia E. Alvarez e Claudia Lima da Costa sobre uma política feminista de tradução, este artigo buscou compreender o contexto de tradução de *Women, Race & Class* no Brasil. Para tanto, primeiramente, buscou-se verificar as obras de Davis que estão disponíveis em língua portuguesa, concluindo-se que ainda há pouco material.

Em seguida, fez-se uma análise dos paratextos relativos a *Mulheres, raça e classe*, incluindo capa, quarta capa, orelhas, ilustrações, prefácio, notas da edição e notas da tradutora. Nesse processo, tendo em vista que a tradução é uma reescrita embasada em diversos fatores sociais, culturais, econômicos, de patronagem, entre outros (BASSNETT; LEFEVERE, 1990), percebeu-se, entre outras questões, o destaque dado ao nome de Davis, conhecido mundialmente, e à sua imagem de mulher revolucionária, assim como aos de Judith Butler e Djamila Ribeiro, como autoridades – ligadas à própria editora Boitempo – para atestar a relevância do livro.

Posteriormente, focalizou-se o texto traduzido em si, no qual observou-se o quanto a tradutora se mostrou atenta ao lidar com passagens que continham desafios com relação a questões de gênero e étnico-raciais, o que pode ser um reflexo de sua própria identidade e afiliações (TYMOCZKO, 2010), tendo em vista sua formação acadêmica na área de Ciências Sociais e de seu interesse em temas como teorias de gênero. Desse modo, ela dialoga com a política de tradução feminista proposta por Sonia E. Alvarez e Claudia de Lima Costa (2014), uma vez que acaba colaborando para a formação de uma rede que rompa com paradigmas colonialistas, patriarcais e racistas.

Por fim, a recepção crítica de *Mulheres, raça e classe* por parte da crítica mostrou que a obra levou um longo tempo para ser publicada no Brasil e foi lançada em um momento histórico no qual o nome de Angela Davis estava presente na mídia de nosso país. Soma-se a isso o fato de os estudos de raça e gênero estarem, aos poucos, ganhando uma maior visibilidade. O sucesso de vendas do livro sugere que existe um público leitor brasileiro, mesmo que vinculado a contextos acadêmicos e/ou ideológicos específicos, que se interessa por textos da diáspora africana e que tratem de questões de gênero. Provas disso foram os diversos comentários dos leitores sobre a obra no site da *Amazon* e a presença do livro nas mãos de inúmeras pessoas que estiveram na palestra de Davis na UFBA em 2017.

Retomando o pensamento de Alvarez e Costa (2013) de que certamente a tradução não ocorre sem um “visto”, o impacto de *Mulheres, raça e classe* tem relação direta com todo um aparato construído no sistema cultural brasileiro para a sua produção, divulgação e circulação. Ou seja, a estratégia da Boitempo, ao trazer para o Brasil um livro clássico, já reconhecido mundialmente, de uma intelectual renomada, ocorreu em um cenário devidamente preparado para a publicação da obra de Angela Davis. Espera-se, portanto, que sejam elaborados novos aparatos que forneçam suporte a novos projetos de tradução, com o objetivo de fazer reverberar a multiplicidade e a riqueza de vozes da diáspora negra, em seus mais diversos contextos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, S.; COSTA, C. L. (2013). A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução. *Estudos feministas*, v. 21, nº 2, pp. 579-586.
- ALVAREZ, S. (2014). Introduction to the Project and the Volume: Enacting a Translocal Feminist Politics of Translation. In: ALVAREZ, S. et al. *Translocalities/Translocalidades*:

- Feminist Politics of Translation in the Latin/a Américas*. Durham/London: Duke University Press, pp. 1-18.
- AMAZON (2018). Mulheres, raça e classe: avaliação de clientes. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Mulheres-Ra%C3%A7a-Classe-Angela-Davis/product-reviews/8575595032/ref=cm_cr_dp_d_show_all_btm?ie=UTF8&reviewerType=all_reviews. Acesso em: 02 fev. 2018.
- BASSNETT, S.; LEFEVERE, A. (1990). Introduction: Proust's Grandmother and the Thousand and One Nights: The "Cultural Turn" in Translation Studies. In: BASSNETT, S.; LEFEVERE, A. (orgs.). *Translation, History and Culture*. London: Pinter Publishers, pp. 1-13.
- BOITEMPO EDITORIAL (2018). Heci Regina Candiani: tradutora. Disponível em: <http://nasa-media.com/v3/Autores/visualizar/heci-regina-candiani>. Acesso em: 31 jan. 2018.
- BOITEMPO EDITORIAL (2018). Mulheres, raça e classe: Angela Davis. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/mulher-raca-e-classe-618>. Acesso em: 01 fev. 2018.
- BOITEMPO EDITORIAL (2018). Sobre a Boitempo. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/sobre-a-loja>. Acesso em: 01 fev. 2018.
- BORGES, R. (2016). Orelhas. In: DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*, trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo.
- CARTAZ DO FILME "LIBERTEM ANGELA DAVIS". (2014). Disponível em: <https://filmow.com/libertem-angela-davis-t84244/>. Acesso em: 25 fev. 2018.
- COLETIVO INTERVOZES. (2014). Racismo na mídia: entre a negação e o reconhecimento. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/racismo-na-midia-entre-a-negacao-e-o-reconhecimento-4304.html>. Acesso em: 25 fev. 2018.
- COSTA, C. L. (2014). Introduction to Debates about Translation: Lost (and Found?) in Translation/Feminisms in Hemispheric Dialogue. In: ALVAREZ, S. et al. *Translocalities/Translocalidades: Feminist Politics of Translation in the Latin/a Américas*. Durham/London: Duke University Press, pp. 19-36.
- COSTA, I. (2016). 'Mulheres, Raça e Classe' ganha tradução para o português. Disponível em: <http://blogs.opovo.com.br/leiturasdabel/2016/10/03/mulheres-raca-e-classe-de-angela-davis-e-publicado-no-brasil/>. Acesso em: 02 fev. 2018.

DAVIS, A. (1974). *Angela Davis: An Autobiography*. New York: Bantam.

DAVIS, A. (2016a). Angela Davis apresenta o livro da camarada Erika Huggins, trad. Jaqueline Conceição da Silva. Disponível em: <http://www.almapreta.com/editorias/realidade/traducao-inedita-angela-davis-erika-huggins>. Acesso em: 31 jan. 2018.

DAVIS, A. (2017a). Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h_t_2ExQyV8. Acesso em: 02 fev. 2018.

DAVIS, A. (2016b). *Mulheres, raça e classe*, trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo.

DAVIS, A. (2013). *Mulher, raça e classe*, trad. Plataforma Gueto. Disponível em: <https://plataformagueto.files.wordpress.com/2013/06/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2018.

DAVIS, A. (2017b). O discurso de Angela Davis na Women's March, trad. Juliana Borges. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-discurso-de-angela-davis-na-womens-march-traducao/>. Acesso em: 31 jan. 2018.

DAVIS, A. (1983). *Women, Race & Class*. New York: Vintage Books.

GENETTE, G. (2009). *Paratextos editoriais*, trad. Álvaro Faleiros. Cotia: Ateliê Editorial.

GENTZLER, E.; TYMOCZKO, M. (2002). Introduction. In: GENTZLER, E.; TYMOCZKO, M. (orgs.). *Translation and Power*. Amherst/Boston: University of Massachusetts Press, pp. 11-28.

INDEX TRANSLATIONUM. (2018). Disponível em: http://www.unesco.org/xtrans/bresult.aspx?a=davis+angela&stxt=&sl=&l=&c=&pla=&pub=&tr=&e=&udc=&d=&from=&to=&tie=a_ Acesso em: 15 jan. 2018.

LAMBERT, J.; VAN GORP, H. (1985). On Describing Translations. In: HERMANS, T. (org.). *The Manipulation of Literature*. London: Croom Helm, pp. 42-53.

LEFEVERE, A. (1990). Translation: Its Genealogy in the West. In: BASSNETT, S.; LEFEVERE, A. (orgs.). *Translation, History and Culture*. London: Pinter Publishers, pp. 14-28.

LEFEVERE, A. (1992). *Translation, Rewriting and the Manipulation of the Literary Fame*. London/New York: Routledge.

- LUCENA, E. (2014). Crítica: Filme acerta o foco ao contar libertação de Angela Davis. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/10/1525414-critica-filme-acerta-o-foco-ao-contar-libertacao-de-angela-davis.shtml>. Acesso em: 25 fev. 2018.
- MEIRELES, M. (2017). Do comercial ao ‘cabeça’, editoras do país exploram livros feministas. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/04/1873710-do-comercial-ao-cabeça-editoras-do-pais-exploram-onda-feminista.shtml>. Acesso em: 02 fev. 2018.
- PUBLISH NEWS. (2018). Lista de mais vendidos de não ficção de 2017. Disponível em: <http://www.publishnews.com.br/ranking/anual/13/2017/0/0>. Acesso em: 02. fev. 2018.
- RIBEIRO, D. (2016). Prefácio à edição brasileira. In: DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*, trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, pp. 11-13.
- SPERB, P. (2016). Aos 35 anos, obra de Angela Davis permanece atual e necessária. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/09/1816398-aos-35-anos-obra-de-angela-davis-permanece-atual-e-necessaria.shtml>. Acesso em: 02 fev. 2018.
- TOKARNIA, M. (2014). Angela Davis critica ausência de negros no poder e na televisão no Brasil. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cultura/2014/07/angela-davis-critica-ausencia-de-negros-no-poder-e-na-televisao-no-brasil>. Acesso em: 25 fev. 2018.
- TOURY, G. (1995). *Descriptive Translation Studies and Beyond*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- TYMOCZKO, M. (2010). The Space and Time of Activist Translation. In: TYMOCZKO, M. (org.). *Translation, Resistance, Activism*. Amherst and Boston: University of Massachusetts Press, pp. 227-254.
- TYMOCZKO, M. (1999). *Translation in a Postcolonial Context*. Manchester: St. Jerome, 1999.

Recebido: 13/02/2018

Aceito: 14/03/2018